



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1002752-83.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**  
 Requerente: **Jeferson João Batista Lourenço**  
 Requerido: **Banco Itaucard S/A e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Dispensado o relatório. Decido.

Trata-se de ação em que o autor alega ter adquirido e recebido a posse, em 31.07.2012, de um GM/Astra, mediante financiamento contratado com a ré BV Financeira. O empréstimo foi integralmente quitado. Todavia, quando foi efetuar o licenciamento e transferência do automóvel para seu nome, foi impedido em razão de o réu Banco Itaucard ter por equívoco efetuado a comunicação de venda indicando como adquirente terceira pessoa, Ettore Pinotti. O bem simplesmente não está sendo utilizado pelo autor, que suporta em razão disso inúmeros transtornos. Sob tais fundamentos, pediu (a) com antecipação de tutela, a condenação das rés na obrigação de efetuar a baixa da comunicação de venda e da restrição financeira, arcando ainda com a multa pela não transferência do automóvel no prazo legal (b) a condenação dos réus ao pagamento de indenização por danos morais (c) a condenação dos réus a arcarem com as custas de licenciamento e seguro obrigatório do ano de 2016.

A ação é procedente.

Consoante contrato de fls. 71/73, o autor efetivamente adquiriu o veículo em 31.07.2012, com alienação fiduciária à BV Financeira, conforme documento ATV emitido à época (fls. 17), tendo inclusive a alienação fiduciária sido gravada no registro do veículo, conforme fls.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

21.

Todavia, como é incontroverso e demonstrado às fls. 79/80, o contrato foi integralmente quitado, ocasião em que o autor recebeu em sua residência o documento necessário para providenciar a transferência do automóvel para o seu nome, fls. 20.

Mas a transferência não foi possível tendo em vista que, por equívoco, o Banco Itaucard, em 03.12.2015, como se nota na parte inferior do documento de fls. 21, havia por equívoco comunicado a venda do automóvel a terceiro, titular do CPF 070.906.886-20.

Essa comunicação de venda inviabilizou a transferência, pelo autor, do veículo ao seu nome, e, segundo a prova oral colhida nesta data, impediu ainda o licenciamento, tanto que o automóvel está sem uso há muitos anos.

Indiscutível que os réus, como contratantes, tem o dever de solucionar a questão, providenciando o necessário para que o autor possa transferir o veículo para o seu nome, de maneira que a obrigação de fazer deve ser acolhida.

Quanto aos danos morais, inequívoca a falha na prestação dos serviços por parte dos réus no presente caso, de modo que respondem objetiva e solidariamente pelos danos causados ao autor, nos termos dos arts. 20 e 25, § 1º do Código de Defesa do Consumidor.

Os danos morais estão presentes.

Trata-se de questão que efetivamente causa grande transtorno ao consumidor, não se tratando de mero dissabor ou aborrecimento. Como dito pela testemunha ouvida em audiência, o automóvel sequer está em condições de ser utilizado pelo autor, em razão da documentação irregular.

É devida a indenização, que deve ser arbitrada à luz do papel compensatório. O pagamento exerce função diversa, no dano moral, daquela desempenhada no dano material. A função é compensatória, ao invés de reparatória. A indenização corresponde a um bem, feito ao lesado, no intuito de compensá-lo pela lesão imaterial sofrida, como um lenitivo, uma satisfação



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

que servirá como consolo pela ofensa cometida.

Às vezes, esse propósito compensatório pode ser promovido por intermédio de punição: a indenização – dependendo de seu valor – é vista como retribuição ao ofensor pelo mal por ele causado, o que pode trazer para a vítima alguma paz de espírito.

Mas a punição é função secundária, e não autoriza indenizações em patamar extraordinário como as verificadas em outros ordenamentos jurídicos, mormente no norte-americano por intermédio dos punitive damages.

Nosso sistema jurídico não prevê essa figura, consoante lição do STJ: “(...) A aplicação irrestrita das punitive damages encontra óbice regulador no ordenamento jurídico pátrio que, anteriormente à entrada do Código Civil de 2002, vedava o enriquecimento sem causa como princípio informador do direito e após a novel codificação civilista, passou a prescrevê-la expressamente, mais especificamente, no art. 884 do Código Civil de 2002.” (AgRg no Ag 850.273/BA, Rel. Min. Des. Convocado HONILDO AMARAL DE MELLO CASTRO do TJ/AP, 4ªT, j. 03/08/2010).

Com os olhos voltados à função compensatória, a doutrina e a jurisprudência traçaram as principais circunstâncias a serem consideradas para o arbitramento do dano moral, sendo elas (a) a extensão do dano, isto é, da dor física ou psíquica experimentada pela vítima (b) o grau de culpabilidade do agente causador do dano (c) a eventual culpa concorrente da vítima, como fator que reduz o montante indenizatório (d) as condições pessoais da vítima (posição política, social e econômica).

Há quem ainda proponha a condição econômica do ofensor, referida na fundamentação de muitos precedentes. Todavia, tal elemento deve ser bem compreendido, à luz das soluções que os precedentes tem apresentado nos inúmeros casos postos à apreciação judicial. Com efeito, a jurisprudência preocupa-se muito com a questão do enriquecimento indevido, o que serve de argumento contrário à fixação de valores indenizatórios altíssimos com base na robusta



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

condição do ofensor. Temos observado que, na realidade, a condição econômica é considerada, mas especial e essencialmente nos casos de ofensores de modestas posses ou rendas, para reduzir equitativamente a indenização, evitando a ruína financeira.

No presente caso, considerados os parâmetros acima e a incúria dos réus em solucionar imbróglio elementar, assim como a longa duração do impasse, a indenização deverá ser arbitrada em R\$ 15.000,00.

Também deve ser acolhido o pleito de condenação dos réus a arcarem com as custas de licenciamento e seguro obrigatório do ano de 2016, vez que trata-se de despesa que não deve ser suportada pelo autor, que foi impedido de utilizar o veículo ao longo de todo aquele ano, por fato imputável aos réus.

Ante o exposto, julgo procedente a ação e (a) condeno os réus Banco Itaucard S/A e BV Financeira S/A a providenciarem a baixa da comunicação de venda e da restrição financeira pendentes junto ao registro do automóvel, de modo a viabilizar a transferência da propriedade para o nome do autor Jeferson João Batista Lourenço (b) condeno os réus Banco Itaucard S/A e BV Financeira S/A arcarem com as custas de licenciamento e seguro obrigatório do automóvel do ano de 2016 (c) condeno os réus Banco Itaucard S/A e BV Financeira S/A a pagarem ao autor R\$ 15.000,00, com atualização monetária pela Tabela do TJSP desde a presente data, e juros moratórios de 1% ao mês desde a citação.

Ante a urgência existente, antecipo a tutela em sentença no que diz respeito ao item "a", concedendo o prazo de 10 dias para os réus comprovarem nos autos o levantamento da comunicação de venda e da restrição financeira junto ao registro do automóvel. Em caso de descumprimento, em providência subrogatória objetivando o efeito prático equivalente ao cumprimento espontâneo da obrigação, oficie-se ao órgão de trânsito para que efetive o cancelamento dessas duas anotações.

Sem verbas sucumbenciais, no juizado, no primeiro grau.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

P.I.

São Carlos, 22 de agosto de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**